

Taiwan e a Rutura Progressiva do *Statu Quo*

Xulio Ríos

Conselheiro Emérito do Observatório de Política Chinesa.

Resumo

Taiwan é um foco crítico na geopolítica do século XXI. O aumento das tensões estratégicas entre a China e os EUA, a insistência de Pequim em acelerar a reunificação e a ascensão do independentismo na ilha determinam um grave triângulo de instabilidade. Após a eclosão da guerra na Ucrânia, existe a preocupação com a possibilidade de um conflito armado na Ásia que teria potencial suficiente para alterar a hegemonia regional e global. O resultado das eleições legislativas e presidenciais que terão lugar no próximo mês de janeiro de 2024 na ilha poderá acentuar os riscos ou, pelo contrário, abrir esperanças de moderação nas perspectivas. De uma forma ou de outra, o fim do *statu quo* está em jogo e entrou na fase de contagem regressiva.

Palavras-chave: *Statu quo*; Taiwan; EUA; China; Independência; Reunificação.

Abstract

Taiwan and the Progressive Breakdown of the Status Quo

Taiwan is a critical focus in 21st century geopolitics. The increase in strategic tensions between China and the US, Beijing's insistence on accelerating reunification and the rise of the independence movement on the island determine a severe triangle of instability. After the outbreak of the war in Ukraine, there is concern about the possibility of an armed conflict in Asia that would have sufficient potential to alter regional and global hegemony. The result of the legislative and presidential elections that will take place next January 2024 on the island could accentuate the risks or, on the contrary, create hope for moderation in the outlook for the region. One way or another, the end of the status quo is on the table and has entered the countdown phase.

Keywords: *Status quo*; Taiwan; USA; China; Independence; Reunification.

Artigo recebido: 06.10.2023

Aprovado: 08.10.2023

<https://doi.org/10.47906/ND2023.166.07>

A ilha de Taiwan está a estabelecer-se como um dos principais epicentros geopolíticos do século XXI. As águas do seu estreito são de grande importância para o comércio mundial, os seus semicondutores são indispensáveis, mas, acima de tudo, a sua estabilidade e paz representam o melhor garante da prosperidade de toda a Ásia e do resto do mundo.

A importância de Taiwan deriva da sua localização geográfica, uma vez que está localizada no centro de uma cadeia de ilhas localizadas no oeste do Oceano Pacífico, entre dois dos principais estreitos da Ásia, o Estreito de Taiwan e o Canal de Bashi, que permite o controle estratégico das rotas de navegação (Cabestan, 2023).

A insistência da China continental em avançar para a reunificação, a ascensão da soberania política na ilha e o aumento substancial das tensões de todos os tipos entre a China e os EUA, que têm em Taiwan um dos seus principais catalisadores, traçam os contornos de um triângulo instável que pode levar a situações traumáticas a curto prazo (Ríos, 2020).

A guerra na Ucrânia redobrou os alertas. Em Washington especula-se sobre as datas de uma hipotética invasão da ilha pelo Exército Popular de Libertação (EPL), cuja decisão já teria sido tomada face ao afastamento da possibilidade de alcançar a reunificação por meios pacíficos. Em Taipé, este receio serve de justificação para aumentar o seu compromisso com a defesa. Pequim, por seu lado, nega qualquer comparação de Taiwan com a Ucrânia, lembrando que se trata de um problema interno, rejeita categoricamente qualquer forma de interferência estrangeira e embora não exclua uma solução *manu militari*, a sua prioridade continua a ser a reunificação pacífica.

A diluição da atmosfera em torno da questão de Taiwan encoraja uma posição cada vez mais ativa por parte de outros atores internacionais, incluindo a União Europeia, mas também o Japão, a Austrália e outros países, servindo também como um incentivo para o estabelecimento e revitalização de novas alianças de segurança, como a AUKUS – Austrália, Reino Unido e Estados Unidos – ou o QUAD – Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia –, bem como a extensão da própria NATO à região asiática.

China: da Dupla Origem à Revitalização Nacional

A origem do problema de Taiwan é dupla. Para contextualizar adequadamente o que é conhecido como “o problema de Taiwan”, devemos levar em consideração duas datas. A primeira é 1895, quando a China foi forçada a ceder a ilha ao Japão como resultado da sua derrota na primeira guerra sino-japonesa. Esse Tratado de Shimonoseki é outro “tratado desigual” que a China foi forçada a assinar em virtude do seu declínio. E, naturalmente, é um epítome relevante na história das humilhações que o Partido Comunista da China (PCC) quer encerrar firmemente neste século XXI.

A outra data notável é 1949. As tropas do nacionalista Kuomintang (KMT), que contavam com o apoio dos EUA e das potências ocidentais, deslocaram-se do continente para a ilha que os portugueses, quando a descobriram em 1590, chamaram de Formosa por causa da sua beleza. Vários milhões de soldados e civis estabeleceram-se ali após a guerra civil chinesa, que terminou com a vitória dos exércitos liderados por Mao Zedong. Chiang Kai-shek, seu rival, que enviou o seu próprio filho, Chiang Ching-kuo, a Taipé, após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial para preparar uma hipotética retirada, estabeleceu uma ditadura de ferro na ilha que só se suavizou na década de 80 (Roy, 2003). Nessa década, a República da China, que tinha sobrevivido à República Popular de Pequim, iniciou uma transição que deu origem à primeira democracia liberal no universo chinês em toda a sua história milenar. Se o PCC fosse derrotado na guerra civil chinesa, certamente a questão de Taiwan não existiria como tal hoje.

Alcançar a reunificação entre o continente e a ilha faz parte da agenda política promovida por Pequim desde 1949, considerada um complemento indispensável e inseparável do objetivo histórico de modernização (Cabestan, 1995). Ao contrário da fase maóista, no denguismo a reunificação pacífica veio à tona. O capital e as empresas taiwanesas afluíram ao continente para se envolverem no seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, obterem enormes lucros. Ainda hoje, o comércio externo de Taiwan não pode prescindir do mercado continental (cerca de 40%), apesar dos apelos a uma maior diversificação através da chamada “Nova Política para o Sul” promovida pela presidente taiwanesa Tsai Ing-wen.

Esta estratégia de reunificação pacífica e oblíqua, baseada na integração económica e social ativa de ambos os lados, conheceu o seu período mais *soft* entre 2008 e 2016, durante o mandato de Ma Ying-jeou (KMT). Este, que se reuniu com Xi Jinping pouco antes do seu substituto, promoveu desde 2010 importantes acordos económicos. Politicamente, a reaproximação foi igualmente significativa com base no entendimento estratégico selado pelo PCC e pelo KMT (2005). Os antigos rivais concordaram em colaborar novamente – já o tinham feito nas décadas de 1920 e 1930 –, desta vez para bloquear o caminho para a independência de Taiwan. A “trégua diplomática”, por outro lado, pôs fim à “diplomacia do livro de cheques” que fazia o número de aliados estrangeiros de Taiwan oscilar de acordo com os números refletidos em determinado cheque bancário.

Esta atmosfera positiva foi reforçada por uma barragem legal: uma lei continental, conhecida como Anti-Secessão, estipulou em 2005 a possibilidade de Pequim recorrer à força se Taipé decidisse avançar para a plena soberania.

É assim que Taiwan subsiste num limbo flutuante, operando internacionalmente como um Estado *de facto*, mas não *de jure*. Com uma área semelhante à Galiza, mas oito vezes mais povoada, é uma economia vibrante na Ásia e no mundo, com enorme potencial comercial e tecnológico. Reconhecido como um dos “quatro tigres asiáti-

cos”, o seu milagre económico, baseado numa espécie de capitalismo confucionista, foi fonte de inspiração para a própria China continental, que nos anos iniciais da reforma e abertura promovida por Deng Xiaoping, após a morte de Mao, conseguiu tirar partido do capital, recursos humanos e experiências valiosas de Taiwan para promover o seu desenvolvimento acelerado.

Do ponto de vista continental, ninguém duvida que a “razão histórica” está do seu lado quando exige a reunificação, culminando em Taiwan o processo iniciado com Hong Kong (1997) e Macau (1999). Há, portanto, uma evocação de uma guerra civil não resolvida, mas também da aspiração de encerrar o ciclo de declínio que no século XIX transformou a China, que até pouco antes representava 30% do PIB global, num país abatido e periférico.

A Política da China em Relação a Taiwan

Durante o período maoísta, persistiu o desejo de uma conquista militar, inicialmente contemplada mas adiada após a eclosão da guerra na Coreia (1950-1953), na qual tiveram de participar cerca de um milhão de “voluntários” chineses. As crises de guerra de 1954 e 1958 demonstrariam esse compromisso. Mas Deng Xiaoping, como em tantas outras questões, inverteu as suas prioridades, optando pela reunificação pacífica. Com o passar do tempo, isso permitiu algum diálogo e até a reconciliação entre os antigos rivais.

Deng propôs o princípio de “um país, dois sistemas” para promover a unidade, mas reconhecendo a singularidade política da ilha e até admitindo a conservação do seu próprio exército. Paralelamente, o princípio de “uma só China” estabeleceria o axioma de que só existe uma China no mundo e que Taiwan faz parte dela. A aceitação deste critério tornou-se condição *sine qua non* para qualquer país estabelecer relações oficiais com a China Popular. Atualmente, apenas 13 países reconhecem a República da China, com sede em Taiwan. Mesmo assim, deve-se ter em mente que alguns aliados não oficiais continuam a ser fundamentais para a sua segurança, como os Estados Unidos, apesar de terem reconhecido formalmente Pequim.

O “Consenso de 1992” constitui uma referência indispensável para compreender este conflito. A sua criação é atribuída ao político e académico taiwanês Su Chi para refletir um suposto acordo tácito pelo qual ambos os lados reconheciam que havia apenas uma China e que cada lado era livre para a definir à sua maneira. Em suma, embora os dois lados estejam politicamente em desacordo há muito tempo, a soberania e a integridade territorial da China nunca teriam sido divididas. Esta indefinição estende-se também à “ambiguidade estratégica”, outra afirmação fundamental para discernir qual poderá ser o envolvimento, direto ou não, dos EUA numa hipotética tentativa da China de conquistar a ilha pela força (Chan, 2023).

Os antigos inimigos, KMT e PCC, provavelmente não concordam em muitas coisas, mas concordam em algo fundamental: a rejeição da independência da ilha. Entretanto, como resultado da evolução democrática de Taiwan, surgiram novas forças com uma base eleitoral significativa que rejeitam categoricamente a unificação e apoiam a independência ou a manutenção do *statu quo* (Lu, 2010). Hoje, estas forças governam a ilha, mas a China não desiste de que Taipé caia sob a égide da sua soberania efetiva e integridade territorial.

Não existem neste momento indicações sólidas de que a China incentive uma mudança substancial na política que dê prioridade a uma hipotética solução militar. As urgências da China são diferentes e estão relacionadas com a estabilidade interna e a necessidade de concluir com sucesso a mudança no seu modelo de desenvolvimento. Em maio de 2020, o general reformado Qiao Liang alertou que uma invasão prejudicaria desnecessariamente o objetivo de modernização do país. Os EUA, contudo, especialmente após a invasão russa da Ucrânia, dão maior plausibilidade a essa possibilidade. Algumas autoridades militares marcaram uma data: 2027, quando deverá ser comemorado o centenário da fundação do Exército Vermelho. E embora a “ameaça chinesa” esteja a tomar forma nas mentes de todos, serve como argumento para fortalecer a hegemonia regional e global dos Estados Unidos com planos que acentuam o controlo estratégico em todo o continente.

Apelando ao pragmatismo, sem dúvida uma marca da sociedade chinesa, aqueles que rejeitam a independência sugerem que o verdadeiramente realista seria negociar com a China com garantias e não embarcar numa estratégia ilusória que pode ter interesse temporário para os Estados Unidos devido à sua estratégia de confronto com Pequim, mas não com Taipé, que tem tudo a perder. Nas forças nacionalistas e no exército taiwanês, muitas vezes questionado interna e externamente pela sua prontidão para lutar se necessário, predomina esta perceção face ao desequilíbrio operacional no Estreito (Shlapack, 2002). Os EUA, como disse o antigo presidente Ma Ying-jeou, venderiam armas e, no máximo, forneceriam informações de “inteligência”, mas nunca enviariam tropas. Se pudesse haver alguma semelhança com a Ucrânia, é que, em caso de guerra, os taiwaneses cuidariam dos mortos.

Este cenário tenso tem, no entanto, um elevado valor político para o Partido Democrático Progressista (PDP), na medida em que a polarização lhe traz tanto apoio eleitoral como diminui o KMT, hoje ainda mais afastado dos interesses de Washington devido à sua atitude conciliatória para com o PCC.

O risco de uma resposta chinesa algo enérgica – não necessariamente uma invasão – também pode aumentar dependendo dos desenvolvimentos internos no continente. Recorrer a Taiwan poderia ser útil em caso de instabilidade, seja de origem socioeconómica ou política; mas também acarreta sérios perigos. Portanto, para a China, a alternativa mais inteligente continua a ser a paciência ativa, o atributo que melhor pode devolver a irritação à Casa Branca se esta apostar em pôr fim à emergência

chinesa e às suas hipotéticas ambições no Estreito. A recente proposta de converter a província de Fujian, situada em frente à ilha, numa zona de demonstração para o desenvolvimento integrado através do Estreito de Taiwan insere-se nesta linha. O documento de 21 pontos, emitido conjuntamente pelo Comité Central do PCC e pelo Conselho de Estado, visa aprofundar o desenvolvimento integrado através do Estreito em todas as áreas e avançar em direção à reunificação pacífica. Trata-se de estabelecer e garantir um ambiente adequado para os taiwaneses estudarem, trabalharem, investirem e viverem em Fujian, operando um quadro de integração “através da logística, comércio, educação, emprego, costumes populares, justiça, tecnologia, cultura ou lazer”.

A proposta, que se destina basicamente aos três territórios insulares periféricos de Taiwan: Penghu, Lienchiang (Matsu) e Kinmen, inspira-se no projeto que visa incluir a região administrativa especial de Hong Kong na vasta zona costeira conhecida como “Grande Baía de Taiwan”. Os seus pilares são a construção de infraestruturas que unam Taiwan e o continente num todo regional cuja coerência seria reforçada pelos laços económicos, culturais e históricos entre Fujian e Taiwan. A visão de integração promete explorar a cooperação em projetos de infraestruturas, dos quais os três mais emblemáticos são a construção de uma ponte, linhas elétricas e gasodutos entre Xiamen e Kinmen.

Depois de um preâmbulo que recorda a missão histórica da reunificação, parte indissociável do projeto de revitalização da grande nação chinesa, recorda-se que a província de Fujian desempenha um papel único. O projeto resume-se em cinco pontos: estabelecer o primeiro destino das empresas taiwanesas em Fujian; promover em profundidade a integração económica e comercial entre Fujian e Taiwan; promover o desenvolvimento integrado de Fujian; aprofundar os intercâmbios sociais e culturais entre Fujian e Taiwan; fortalecer as garantias organizacionais. Em suma, trata-se de reforçar os aspetos administrativos, políticos e de segurança do projeto, melhorando simultaneamente o ambiente de negócios em Fujian, aprofundando a cooperação industrial e financeira entre Taiwan e o continente e incentivando as empresas taiwanesas a investir nos mercados bolsistas chineses.

Entre as primeiras medidas destinadas a garantir o bem-estar dos recém-instalados taiwaneses na província, incluem-se a autorização de criação das suas próprias estações de rádio e televisão, a garantia da sua proteção social, a facilitação do acesso à propriedade e a garantia da igualdade de tratamento no sistema escolar público. A China lembra aos destinatários do plano que tem as condições necessárias para fornecer energia renovável em grande escala a Taiwan e está disposta a reforçar a cooperação através do Estreito nesta área. Pequim lembra ainda que já estão preparadas as capacidades técnicas para a construção de uma estrada de alta velocidade entre a província de Fujian e Taiwan. E oferece a possibilidade de, seguindo esta rota, os produtos taiwaneses poderem chegar ao mercado euro-asiático através de comboios

expresso China-Europa e outros meios de transporte, logo que a conectividade da infraestrutura entre os dois lados do Estreito esteja concluída. Por outro lado, Pequim também garante que dará garantias institucionais e políticas preferenciais para uma ampla integração das empresas taiwanesas em Fujian, bem como para avançar no processo que permite a integração de áreas-chave como Xiamen e Kinmen, e também Fuzhou e Matsu.

Taiwan na Relação China-EUA

“Sempre nos esforçamos para manter a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan, mas a independência de Taiwan é tão incompatível com a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan como o fogo e a água”, disse um eloquente Xi Jinping em Bali, na cimeira do G20, após reunião com seu homólogo americano, Joe Biden.

Taiwan é “a mais vermelha das linhas vermelhas” na China que “não deveria ser ultrapassada” (Ríos, 2023). Faz parte daquilo que na narrativa política de Xi ele considera serem os “interesses centrais” – incluindo o sistema político baseado na hegemonia do PCC ou na soberania e integridade territorial, entre outros –, ou seja, aquelas questões sobre as quais qualquer negociação oferece muito pouco espaço para acordo.

A elevada sensibilidade do problema de Taiwan na política chinesa tem dois destinatários principais. Por um lado, Taipé, que está ativa e passivamente consciente de que o atual *statu quo* – definido como a existência separada de dois Estados, um *de facto* e outro *de jure* – é transitório e que o fim dessa transição nunca poderia ser a independência. Daí a aprovação em 2005 da Lei Anti-Secessão pelo Parlamento chinês e a ênfase no chamado “Consenso de 1992”, em virtude do qual ambas as partes reconheceriam a existência de apenas uma China no mundo, embora cada uma tenha a sua própria interpretação sobre o que é essa China: para Taipé trata-se da República da China de Sun Yat-sen; para Pequim, essa é a República Popular da China, fundada por Mao Zedong.

As forças unionistas da ilha participam neste consenso, mas não os soberanistas liderados pelo Minjindang ou pelo PDP, atualmente no poder, que o rejeitam aberta e expressamente. Isto explica porque o diálogo oficial foi suspenso e apenas aquele estabelecido a nível partidário entre o PCC e o KMT e outros partidos nacionalistas, ou a nível dos poderes locais, sobrevive.

O segundo destinatário são países terceiros. Em primeiro lugar, qualquer Estado que pretenda estabelecer relações diplomáticas com a China deve reconhecer o princípio de “uma só China”. Não é possível manter relações oficiais com a China e Taiwan – oficialmente, a República da China – ao mesmo tempo.

Esse dilema transforma-se em frentes de tensão em diversos campos. No campo diplomático, por exemplo, existem dois eixos principais. Por um lado, na esfera

estritamente política, existe um cânone formal estabelecido para qualquer país que queira manter relações com as duas realidades de forma diferenciada. Os “escritórios económicos e culturais de Taipé” canalizam essa ligação paradiplomática com Taiwan, com um estatuto muito reduzido em comparação com uma legação diplomática normal. Taiwan só mantém intercâmbios abrangentes com os 13 países que atualmente o reconhecem como um Estado.

O esforço chinês tenta eliminar qualquer indício de dúvida que possa implicar que Taiwan é um país diferente ou que existem “duas Chinas” no mundo, o que poderia conferir à ilha alguma legitimidade internacional.

Da mesma forma, outro aspeto importante são as visitas políticas, que devem sempre ser discretas. Vimos o que aconteceu em agosto de 2022 com a visita de Nancy Pelosi, a *speaker* do Congresso dos EUA, que a China condenou como uma tentativa de “alterar o *statu quo*”.

A ideia central da estratégia da China continental é evitar tudo o que implique um hipotético Estado ou pseudo-Estado de reconhecimento daquilo que considera a sua província rebelde.

Na ordem económica, a vigilância de Pequim centra-se nos acordos comerciais. Se Taiwan participa em instituições como a OMC ou a APEC, é como uma “economia”, especificamente como um “Território Aduaneiro Separado de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu (Taipé Chinês)”, não como um país soberano. E esse nome deve ser alargado à relação com aqueles que desejam regular a sua relação bilateral com a ilha, em cuja gestão a China aspira exercer uma espécie de poder de veto factual. Consequentemente, está a ser percorrida uma linha ténue que pode impedir o desejo de Taiwan de integração na economia regional e global. Isto explica, por exemplo, por que Taiwan não aderiu à RCEP (Parceria Económica Regional Abrangente) ou tem possibilidades limitadas de aderir ao CPTPP (Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Trans-Pacífico), ou está a prosseguir uma estratégia de estabelecimento de um tratado de comércio livre com os Estados Unidos gradualmente e em blocos. Mas Washington não convidou Taiwan a participar no Quadro Económico Indo-Pacífico – IPEF no acrónimo inglês –, embora o secretário de Estado Antony Blinken tenha observado que o IPEF é uma organização aberta a todos os países.

Mesmo assim, propostas como a Iniciativa Comercial Taiwan-EUA para o Século XXI constituem um grande marco nas relações bilaterais e somam-se a outros quadros de negociação comercial, como o Acordo-Quadro de Comércio e Investimento (TIFA), o Diálogo de Cooperação Económica e Prosperidade (EPPD) e a Cooperação em Comércio e Investimento Tecnológico (TIIC). Todos estes quadros e plataformas funcionam como um sistema de blocos que abrange todas as áreas da economia e, em conjunto, são equivalentes a um Acordo de Comércio Livre, uma vez concluído e desenvolvido.

A China, previsivelmente, suspeita, se não condena abertamente, este processo e interpreta-o como uma manifestação de uma abordagem mais ampla dos EUA, cujo objetivo é impedir a reunificação, mas também beneficiar economicamente do conflito. Este entendimento teria apoio central na indústria de semicondutores, tendo a taiwanesa TSMC como espinha dorsal. Alguns já falam em “des-Taiwanização” como resultado dos investimentos multimilionários neste sector nos EUA – duas fábricas no Arizona totalizando 40 mil milhões de dólares –, que poderiam ser o preço a pagar pelo crescente envolvimento dos EUA na segurança de Taiwan. A produção de semicondutores nos EUA representa agora apenas 12% do total mundial, em comparação com 37% há duas décadas, e Taiwan parece ser um ator-chave na mudança do jogo desta indústria, como reconheceu o fundador e CEO da Nvidia, Jensen Huang.

A China continental é o maior parceiro comercial de Taiwan, respondendo por 25,2% do comércio total de Taiwan e 21,6% das importações em 2021, de acordo com a Administração de Comércio Internacional do Departamento de Comércio dos EUA. Os EUA são também responsáveis por 12,6% do comércio total de Taiwan e 10,2% das importações, tornando-o o segundo maior parceiro comercial de Taiwan.

Em suma, a participação internacional é precisamente uma das áreas de maior virulência na disputa do Estreito de Taiwan, embora ofereça, em termos gerais, uma tendência clara, favorecida em grande medida tanto pela crescente influência da China no mundo como pelo seu estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU com direito de veto. Pequim pode condicionar qualquer participação de Taiwan em fóruns como a OMS, a ICAO, a INTERPOL, etc., com os quais já concordou no passado à aceitação prévia pelas autoridades taiwanesas do princípio de “uma só China”. Nos últimos anos, reduziu significativamente a escala de reconhecimento diplomático de Taipé. No entanto, as relações informais com as potências desenvolvidas do Ocidente estão a ganhar profundidade e dimensão em paralelo com a tensão das suas relações com a China.

Taiwan e o seu futuro são uma questão fundamental na agenda China-EUA, tanto que ocupa cada vez mais espaço no diálogo bilateral e também influencia com crescente relevância os altos e baixos desse quadro. Se depois da visita de Nixon a Pequim em 1972 foram necessários nada menos que sete anos, até 1979, para estabelecer a relação diplomática plena entre os dois países, deve-se notar que Taiwan foi um dos principais obstáculos. E foi apenas meio resolvido. E se assim foi em tempos em que a China ainda era um país fraco, a 32.^a potência económica do mundo, pode-se imaginar o nível de firmeza com que consegue enfrentar hoje esta questão.

Muitos em Taiwan recordam aquele doloroso processo da década de 1970 como um exemplo de como os interesses nacionais acabam sempre por pesar muito mais nos EUA do que os princípios, que agora são suscitados como justificação precisamente para laços mais estreitos com Taipé, apesar do custo que isso pode implicar na relação com a China, provavelmente a mais importante do mundo.

Os EUA baseiam, basicamente, a sua relação com Taiwan na Lei de Relações de 1979, nos três comunicados conjuntos com a China e nas seis garantias oferecidas por Ronald Reagan em 1982, que Pequim não reconhece. A China descreve essa lei como uma “iniciativa unilateral”, negando qualquer consentimento. Nela, os EUA estabelecem o princípio da “ambiguidade estratégica”, garantindo a Taiwan a capacidade de se defender, deixando *in albis* o nível de envolvimento direto em caso de conflito aberto. As “seis garantias” concedidas em 1982 pelo presidente Ronald Reagan, como esclarecimentos à política geral com Taipé, abundam nesta ideia de apoio determinado à ilha e que tem a sua principal tradução nas vendas de armas dos EUA a Taiwan e, em geral, no desenvolvimento da cooperação militar, aspeto que a China também rejeita e denuncia como “apoio à causa da independência”. Quando a tensão estratégica entre os EUA e a China aumenta, o reflexo em Taiwan é imediato. Na verdade, está a aumentar tanto em quantidade como em qualidade, ameaçando os fundamentos políticos das relações sino-americanas, de acordo com Pequim.

Este quadro inicial traçado após a morte de Mao permitiu uma certa estabilidade na relação triangular, com episódios ocasionais de tensão como o vivido em 1995-1997, em torno das viagens aos Estados Unidos do então presidente Lee Teng-hui e o líder parlamentar Newt Gingrich para Taiwan. Estes pilares continuam hoje a ser uma referência indispensável, embora a erosão do seu conteúdo seja cada vez mais evidente. A chegada de Donald Trump à Casa Branca inaugurou uma nova etapa na relação com Taiwan, claramente simbolizada quando foram tornadas públicas as felicitações da presidente Tsai Ing-wen pela sua vitória eleitoral. A partir daí, conhece-se a sequência geral que levou ao importante discurso do vice-presidente Mike Pence no Instituto Hudson, em 2018. Enquanto a culpa é dirigida à China pela sua falta de respeito pelos direitos humanos, as imensuráveis virtudes da democracia taiwanesa são exaltadas. E num país altamente polarizado, a “carta de Taiwan” estabelece-se como um dos poucos consensos bipartidários para fazer frente a uma China que se recusa a aceitar a ordem baseada nas regras estabelecidas após o fim da Segunda Guerra Mundial e que preceituam o teor da hegemonia ocidental.

O presidente Joe Biden seguiu esse caminho. Nos últimos tempos, multiplicaram-se as vendas de armas à ilha e a adoção de medidas legislativas – a lei de viagens, a lei TAIPEI, etc. – ou económicas – ignorando as limitações da proposta do Quadro Económico para o Indo-Pacífico – que marcam a maior proximidade entre Washington e Taipé, muito importante na ordem estratégica. Hoje podemos falar de um estatuto mais do que paradiplomático da representação taiwanesa nos EUA. Mesmo sem atingir o tabu do reconhecimento diplomático de Taiwan, não há dúvida de que o espírito que inspirou o entendimento mútuo entre os EUA e a China na década de 1970 está a evaporar-se a grande velocidade.

Os problemas relacionados com Taiwan são extremamente importantes para a China. Durante o mandato de Hu Jintao, com uma situação estratégica particularmente benevolente após o turbulento mandato na ilha do soberanista Chen Shui-bian (2000-2008), o início da “terceira cooperação” com o Kuomintang e a aprovação da Lei Anti-Secessão (2005), fortaleceu-se uma relação construtiva que parecia considerar a unificação um dado adquirido, baseada num pacto entre as elites de cada lado. Era apenas uma questão de tempo. Ao chegar ao poder em 2012, Xi Jinping partiu dessa confiança para garantir que esse assunto “não poderia passar de geração em geração” e parecia apelar a uma certa aceleração do processo. Isto num contexto de proclamação do “sonho chinês” de revitalização nacional, de uma política externa mais ativa e influente e de um compromisso determinado de injetar altas doses de renovação económica, política, sociocultural e estratégica no sistema.

Entretanto, deve notar-se que, apesar dos acontecimentos dos últimos anos que tiveram tanto impacto nos EUA e na China, longe de diluir a questão de Taiwan, esta ganhou importância. Quer nos refiramos às alterações climáticas, à Covid-19, às ameaças de dissociação a nível económico ou tecnológico entre a China e o mundo desenvolvido, em particular os Estados Unidos, questões que também fazem parte de uma complexa agenda bilateral, nenhuma delas ofusca a preocupação estratégica de ambos os países com o futuro de Taiwan. Nada mais os confronta. Xi Jinping é muitas vezes contundente ao rejeitar a independência da ilha, como quando alerta sobre o perigoso “intervencionismo estrangeiro” e não perde a oportunidade de apelar ao “contexto histórico” para defender a pertença de Taiwan à China.

Nos EUA, é perceptível uma certa ansiedade relativamente ao seu hipotético declínio e se a China recuperasse Taiwan sob o seu domínio, seja pacificamente ou pela força, a sua posição controversa a nível global, sem dúvida afetada pelo doloroso equilíbrio da guerra no Afeganistão, poderia encontrar aqui mais um exemplo para questionar o seu estatuto de garante da segurança regional e global.

É possível, no entanto, que Xi modere hoje a sua impaciência devido ao risco de provocar uma reação indesejada, não só na ilha, com uma sociedade muito dividida, mas também no exterior. O uso da força armada ou de qualquer forma de coerção significativa para alcançar uma eventual reunificação significaria, para o PCC, neste momento histórico, em que o sucesso da modernização está em jogo, uma ação certamente aplaudida pela grande maioria da sociedade chinesa, mas repudiada em igual proporção pela comunidade internacional. Ele não tem escolha se não ser paciente, e abordar a construção de uma relação com Taiwan que transcenda a fórmula “um país, dois sistemas”. Sem dúvida, este princípio, exemplo da criatividade política de Deng Xiaoping, foi gravemente afetado pela crise de Hong Kong de 2019-2021 e nem mesmo o Kuomintang, o mais próximo dos principais partidos taiwaneses das teses unionistas, pode subscrevê-lo. Aparentemente, o ideólogo Wang Huning, presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, lidera esta reformulação.

Mas o facto de os rumos dos EUA e da China e as respetivas preocupações estratégicas convergirem negativamente, desmente o apaziguamento essencial e no contexto atual existe o risco de que o envolvimento de outras potências – Japão, Austrália, UE, etc. –, aumente ainda mais a tensão.

Xi Jinping associou a reafirmação da sua liderança à necessidade de ser inflexível na questão de Taiwan. No futuro imediato, não se podem esperar quaisquer concessões e, pelo contrário, é mais provável um endurecimento com base no pressuposto de que a China deve ser respeitada nos seus interesses fundamentais; Taiwan é um deles. Neste sentido, podemos dizer que do lado chinês a posição é intransigente, sem vontade de ceder um centímetro nas abordagens básicas, ou seja, a defesa do princípio de “uma só China”, o Consenso de 1992 e a reunificação pacífica.

No caso dos EUA, a situação é mais complexa. Para começar, conceptualmente, a política de “uma só China” da Casa Branca tende a enfraquecer o princípio chinês com o mesmo nome, que reconhece mas não partilha. Nem se pode esperar moderação aqui. Pelo contrário, existe o risco de que o ambiente político a favor do fim da “ambiguidade estratégica” se consolide, como o próprio Biden sugeriu duas vezes ao prometer defender Taiwan com mais do que apenas fornecimento de armas. Embora aqueles que o rodeiam tenham amenizado estas palavras em ambas as ocasiões, a verdade é que estas afirmações semeiam dúvidas na liderança chinesa e fortalecem as posições daqueles que postulam uma preparação exaustiva para um confronto que poderá ser inevitável.

Recuperar um mínimo de bom senso nas relações China-EUA nesta questão tão rarefeita não será uma tarefa fácil para ambas as partes. Quanto mais Washington alimentar dúvidas sobre um possível apoio à independência de Taiwan, mais a China aumentará o seu nervosismo e multiplicará as suas respostas para o impedir. O momento que vive a sociedade internacional exigiria uma negociação profunda de ambas as partes e, talvez, a assinatura de um quarto Comunicado Conjunto que, sobretudo, aliviaria os riscos e salvaguardaria os sinais de um confronto incipiente que não passam despercebidos a nenhuma das duas capitais. Na mesma linha, a diplomacia europeia deveria deixar de se abrigar atrás de Washington para aplicar a sempre elogiada política de prevenção de conflitos, hoje tão esquecida. Parece que não havia outra escolha senão admitir a inevitabilidade de uma repetição da Guerra Fria, a ser irreversivelmente consumada nas águas do Estreito de Taiwan.

Internacionalmente, os EUA são o principal apoiante de Taiwan. Quando a sua relação com a China era essencialmente cooperativa, Taiwan ficava em segundo plano. No entanto, nos últimos anos, à medida que se tornou claro que o PCC não desiste de construir um país que possa desafiar a indiscutível hegemonia americana que emergiu após a dissolução da URSS, os laços romperam-se. A UE, embora com ressalvas, ainda mantém a tendência cooperativa como predominante.

Em circunstâncias em que a política de confronto ganha destaque, Taiwan torna-se o verdadeiro coração da estratégia Indo-Pacífico cuja premissa básica é a ameaça estrutural que a China representa à hegemonia dos EUA. E à medida que a ilha se afasta da unificação e, paralelamente, se vê protegida pelos Estados Unidos, também se afasta dos seus compromissos anteriores com Pequim.

Tudo indica que, para além das guerras comerciais ou tecnológicas, Taiwan poderá representar o dramático catalisador de um confronto que marcaria o século XXI. Para a China, a reunificação é uma “linha vermelha”, ou seja, um interesse central que não permite negociação. Para os EUA, com amplos setores preocupados com as consequências estratégicas da emergência de uma potência rival do calibre da China, Taiwan torna-se um aríete de contenção. No meio está a sociedade taiwanesa. Um reflexo desta tendência é a ordem de defesa e segurança. Washington está cada vez mais abertamente próximo da administração Tsai Ing-wen. E Pequim reage aumentando a sua pressão militar sobre a ilha. Em 31 de agosto, a Casa Branca colocou lenha na fogueira ao aprovar pela primeira vez uma transferência gratuita de equipamento militar para a ilha numa modalidade administrativa que normalmente se aplica apenas a países soberanos. A transferência, de âmbito simbólico, tem apenas um valor de 80 milhões de dólares, mas atribuído ao contribuinte americano, fora de qualquer enquadramento comercial, eleva assim o nível de compromisso com Taiwan. É de esperar um aprofundamento deste caminho.

Esta relação bilateral ascendente é complementada por outras iniciativas no seu ambiente. Conforme detalhado em *The Hill*, Daniel L. Davis, ex-tenente-coronel do Exército dos EUA e autor de *The Eleventh Hour in 2020 America*, os EUA têm 375.000 militares em 66 bases no Indo-Pacífico, o que equivale à soma dos exércitos da França e do Reino Unido. A China é hoje a primeira preocupação de todos os seus comandantes.

Os passos que os EUA têm dado na região para fortalecer a relação bilateral com as Filipinas são outra informação que não escapa ao acompanhamento da EPL. O Exército dos EUA está em negociações para desenvolver um porto civil no norte do arquipélago, o que significa que teriam acesso a ilhas estrategicamente localizadas ao largo de Taiwan. A China afirma que estas medidas estão a “alimentar o fogo” nas tensões regionais, enquanto as autoridades de segurança em Manila entendem que qualquer conflito militar no Estreito de Taiwan afetaria inevitavelmente as Filipinas, dada a sua proximidade geográfica com Taipé e a presença de 150.000 filipinos na ilha.

O Momento Político Crucial em Taiwan

Um inquérito divulgado no início de setembro de 2023 pela Fundação de Opinião Pública de Taiwan mostrou que 48,9% dos taiwaneses apoiam a obtenção da inde-

pendência nacional formal, enquanto 26,9% apoiam a manutenção do *statu quo* e 11,8% apoiam a unificação com a China continental. A tendência aponta para um aumento constante dos apoiantes da independência em detrimento de outras opções, especialmente a manutenção do *statu quo*, até recentemente defendida pela maioria dos cidadãos (Wu, 2023).

Tal estado de espírito é o resultado de vários fatores, destacando-se especialmente o sucesso da política promovida pelo PDP, nos últimos oito anos, de “independência incremental” e encorajando a “desinização” como fundamentos de uma progressiva taiwanização da ilha. A situação externa favoreceu-o, na medida em que a erosão internacional do princípio de “uma só China” lhe proporcionou um apoio que era impensável há pouco tempo, ao abrigo do agravamento das tensões China-Occidente. O Xiismo fez o resto.

Internamente, dois blocos, com duas visões diferentes do futuro da ilha, contrapõem os seus programas antes das eleições decisivas de 13 de janeiro de 2024. A soberania, em torno do atual vice-presidente Lai Ching-te, começa com boas expectativas. A oposição, maioritária segundo as sondagens, tem três braços principais: o Kuomintang, o Partido Popular e o independente Terry Gou, o bilionário fundador da Foxconn, com interesses importantes no continente. Essa divisão garante automaticamente a vitória de Lai. As expectativas de uma aliança de oposição poderão materializar-se, mas isso ainda está para ser visto.

A via soberanista coloca o dilema político destas eleições em termos de escolha entre democracia ou autoritarismo; a oposição nacionalista, em termos de guerra ou de paz. Esta segunda visão é a que Pequim também transmite. Se o Partido Democrático Progressista vencer, é quase certo que o acordo económico preferencial com a China assinado pelo antigo presidente Ma Ying-jeou do Kuomintang em 2010 será cancelado, o que poderá ter um impacto significativo na ilha. Taipé tem um défice comercial com muitos países europeus e os EUA, mas um excedente com a China continental, para a qual exporta 40% dos seus produtos. A previsão de crescimento para o próximo ano é de cerca de 2% e poderá ser prejudicada se as tensões com Pequim piorarem. A opção de Lai é a dissuasão, fortalecendo significativamente o compromisso defensivo e aumentando os gastos militares com a ajuda dos EUA – pelo menos 3% do PIB. Dada a assimetria manifesta em relação ao continente, só poderá funcionar se for de magnitude suficiente para desencorajar Pequim do elevado custo de uma operação militar. E isso é mais do que duvidoso.

A oposição está empenhada em negociar com o PCC com base na ideia de que ambos os lados do Estreito fazem parte da mesma China. O primeiro passo seria um acordo de paz, que está em destaque há vários anos. No panorama geopolítico atual, os graus de risco associados são elevados.

A presidente Tsai Ing-wen comprometeu-se com um orçamento de defesa para o próximo ano que atingirá o máximo histórico de NT\$ 606.8 mil milhões. Ela quer,

portanto, sublinhar o compromisso do seu governo com a segurança e o apoio às forças armadas. Os EUA elogiam o “esforço incrível” feito por Taiwan para melhorar a sua capacidade de autodefesa, mencionando, em particular, os planos da administração Tsai de alargar o serviço militar obrigatório dos atuais quatro meses para um ano, a partir de 2024. Ambos concordam que o fortalecimento da capacidade de defesa de Taiwan é essencial para aumentar a sua segurança e garantir a paz no Estreito.

Conclusão

A busca pela unificação com Taiwan estará, provavelmente, no topo da agenda durante o terceiro mandato de cinco anos do presidente chinês, Xi Jinping. Alguns dados certificariam esta ideia. Por exemplo, o PCC incorporou a fórmula “um país, dois sistemas” na constituição do partido, que estabelece uma orientação política mais definitiva em relação a Taiwan. Por outro lado, nos seus discursos, Xi aludiu em numerosas ocasiões à necessidade de promover “solidamente” a “grande causa da reunificação nacional”. Finalmente, alguns movimentos na liderança militar indicam a prioridade dada aos oficiais com conhecimento de tecnologia militar, experiência em combate e no tratamento de questões relacionadas com Taiwan.

Para o PCC, promover a unificação com Taiwan tornou-se mais importante do que opor-se à independência e, para esse fim, encorajará políticas específicas para conquistar aqueles em Taiwan que defendem a manutenção do *statu quo* (Ríos, 2023). Por outro lado, está consciente de que lhe falta credibilidade para apelar a um diálogo construtivo com os taiwaneses, centrado na concessão de garantias de respeito pela democracia liberal, razão pela qual irá enfatizar o nacionalismo civilizacional como a argamassa da hipotética reunificação.

Tanto Taiwan como os EUA realizarão eleições presidenciais em 2024. Xi, por sua vez, deve revalidar a sua posição em 2027, quando o ELP celebrará o primeiro centenário da sua fundação. Alguns analistas apontaram este ano como o momento em que a China poderia tentar uma invasão de Taiwan, embora outros excluam essa possibilidade. Muito dependerá do nível de erosão e mesmo da ultrapassagem, nos próximos anos, da “linha vermelha” estabelecida pela China e da evolução política da própria ilha. Devido à sua extrema fragilidade, o equilíbrio entre dissuasão e provocação pode desmoronar-se com relativa facilidade.

O abrandamento económico da China poderá aumentar o risco de Pequim tomar medidas militares contra Taiwan, dizem muitos republicanos no Congresso dos EUA. O presidente Joe Biden está no extremo oposto do espectro e acredita que esta dificuldade inesperada torna isso menos provável. Ele descreveu os problemas económicos da China como uma “crise” e descartou que isso a levasse a conceber

uma invasão de Taiwan, uma vez que Pequim provavelmente não terá a “mesma capacidade” que tinha antes.

Mas a situação poderá ser “mais aguda na próxima década”, uma vez que Xi enfrenta sérios desafios demográficos e económicos a nível interno e recusa renunciar ao uso da força contra Taiwan, se necessário.

O período perigoso começará mais a sério depois das eleições em Taiwan, em janeiro, especialmente se o PDP vencer. E até lá, não será fácil para os Estados Unidos encontrarem uma forma de fazer com que a dissuasão funcione.

É de esperar – e desejar – que a China mantenha a “paciência estratégica” e siga o sábio conselho de Sun Tzu: “é melhor vencer sem lutar”. A sua principal prioridade é a estabilidade e o desenvolvimento. Uma guerra por Taiwan seria demasiado arriscada e poderia levar a um desastre que afetaria o seu processo de emergência. A maior garantia para o futuro é afirmar a sua soberania económica a nível global e formar a partir dela a ordem internacional alternativa que imagina com a sua rede de parceiros que vai configurando passo a passo.

Em relação a Taiwan, que está muito dividida em relação à unificação, é de imaginar que continuará a aplicar a acupuntura política, se possível com maior precisão. O uso excessivo de medidas militares não ajuda neste sentido e provavelmente será mais operacional influenciar o comportamento dos setores económicos que poderiam repassar os custos eleitorais ao governo do PDP.

Embora a resposta sobre como alcançar um “novo equilíbrio” entre os Estados Unidos e a China possa não ser clara neste momento, a prevenção a curto prazo parece ser a melhor estratégia.

A China percebe que Taiwan não é apenas indispensável no seu processo de modernização, mas também é o golpe com o qual poderia pôr fim à hegemonia dos EUA na região e no mundo. E Washington tem na ilha, mais do que no Mar da China Meridional, a provocação que pode incitar uma China disposta a superar os impedimentos da Casa Branca e do Pentágono para recuperar o que considera a “normalidade histórica”, interrompida há duzentos anos devido ao tráfico de ópio e às canhoneiras ocidentais.

Uma hipotética reedição da Guerra Fria que divide as águas entre a Rússia e a China e as democracias liberais do Ocidente teria em Taiwan o complemento da Ucrânia para certificar uma nova divisão do mundo em blocos confrontantes.

Referências Bibliográficas

Cabestan, Jean-Pierre, 2023. La importancia de Taiwan. *Vanguardia Dossier*, n.º 87, Abril/Junio.

Chan, Steve, 2023. La ambigüedad estratégica. *Vanguardia Dossier*, n.º 87, Abril/Junio.

Jieh-Min, Wu, 2023. Resistencia a la “unificación”. *Vanguardia Dossier*, n.º 87, Abril/Junio.

- Lu, Yu-ting, 2010. *Taiwan: historia, política e identidad*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Ríos, Xulio, 2005. *Taiwán, el problema de China*. Madrid: Catarata.
- Ríos, Xulio, 2020. *Taiwán, una crisis en gestación*. Madrid: Editorial Popular.
- Ríos, Xulio, 2023. La más roja de las líneas. *Vanguardia Dossier*, n.º 87, Abril/Junio.
- Roy, Denny, 2003. *Taiwan, a political history*. New York: Cornell University Press.
- Shlapack, David A., 2002. *Dire Strait? Military Aspects of the China-Taiwan Confrontation and Options for U. S. Policy*. Santa Monica: RAND Corporation.